

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 518.959 - SP (2019/0189293-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : SILVIO CORREIA DE LIMA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SILVIO CORREIA DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de revisão criminal, impetrado de próprio punho por **SILVIO CORREIA DE LIMA**, em seu benefício, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se, das informações prestadas pelo eg. Tribunal **a quo**, que o paciente foi sentenciado como incurso nas sanções do art. 157, § 3º, **in fine**, c.c. o art. 14, II, por duas vezes, na forma do art. 70, **in fine**, todos do Código Penal, à pena de 36 (trinta e seis) anos, 3 (três) meses e 16 (dezesesseis) dias de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 42-53).

Irresignada, a Defesa interpôs apelação, mas o eg. Tribunal de origem, em 22/5/2018, negou provimento ao recurso - Apelação n. 0009432-97.2017.8.26.0050, nos termos do v. acórdão de fls. 54-73.

No presente **writ**, o paciente/impetrante alega sofre patente constrangimento ilegal, sustentando, em síntese, a ocorrência de diversas nulidades durante o processamento de sua condenação.

Requer, ao final, a concessão da ordem "*para que seja cassada a decisão proferida pela Egrégia 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, anulando a sentença imposta ao paciente pelo MM. Juiz de Direito da 32ª Vara Criminal do Foro Central da Barra Funda-SP, determinando, se for o caso, novo julgamento*" (fl. 20).

Embora conste da petição inicial que se trata de **habeas corpus** com pedido liminar, o paciente/impetrante não formulou pedido de concessão

Superior Tribunal de Justiça

da medida de urgência, tampouco desenvolveu argumentos a fim de demonstrar o preenchimento dos seus pressupostos, como o **periculum in mora** e o **fumus boni iuris** do pedido, pelo que não houve análise de pedido liminar.

Solicitadas informações, foram acostadas às fls. 39-110.

Instada a se manifestar, a i. Defensoria Pública Estadual afirmou que *"o paciente ainda parece discordar da condenação e insiste na revisão do processo, da pena aplicada e da condenação sofrida. Situação, todavia, que parece exigir revolvimento fático-probatório, difícil de ser realizada pela via do habeas corpus. Assim, no sentido de preservar os interesses do paciente, solicitamos a concessão da ordem de ofício conforme requerida na inicial, caso assim entenda V. Exa ou, subsidiariamente, que a presente petição seja encaminhada ao E. TJ/SP para, se possível, formação de expediente de revisão criminal em favor do mesmo, com oportuna abertura de vista à Defensoria Pública local para oferecimento de razões"* (fls. 117-118 - grifei).

O Ministério Público Federal, à fl. 123, manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer sem ementa.

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. No caso, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de revisão criminal.

Superior Tribunal de Justiça

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

A pretendida revisão dos fundamentos adotados pelo eg. Tribunal **a quo** para manter a condenação do paciente à pena de **36 (trinta e seis) anos, 3 (três) meses e 16 (dezesseis) dias de reclusão**, pela prática do crime previsto no art. 157, § 3º, **in fine**, c.c. o art. 14, II, por duas vezes, na forma do art. 70, **in fine**, todos do Código Penal, como é consabido, demanda o **exame aprofundado de todo conjunto probatório**, como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos e provas, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do **habeas corpus**, que não admite dilação probatória.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte de Justiça:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXERCÍCIO IRREGULAR DA PROFISSÃO LAVADOR/GUARDADOR DE CARRO. INEXIGIBILIDADE DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. ATIPICIDADE DA CONDUTA EVIDENCIADA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado, o que não ocorre na espécie.

2. O habeas corpus não se presta para a apreciação de alegações que buscam a absolvição do paciente, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita, salvo se, como no caso, a atipicidade da conduta exsurja evidente.

[...]

*6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para, com fulcro no art. 386, III, do Código de Processo Penal, absolver o paciente nos autos da Ação Penal n. 0002156-86.2015.8.19.0209." (HC 457.849/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 11/10/2018)*

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. CORRUPÇÃO DE MENORES. GRAVE AMEAÇA EXERCIDA COM EMPREGO DE ARMA BRANCA. NOVATIO LEGIS IN MELLIUS. EXCLUSÃO DA MAJORANTE DE OFÍCIO. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. ABSOLVIÇÃO PELO DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENORES. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. CRIME FORMAL. SÚMULA N. 500 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. REGIME PRISIONAL FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MAIOR REPROVABILIDADE NA CONDOTA. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DO REQUISITO DE ORDEM OBJETIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. O pedido de absolvição do delito previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 não pode ser apreciado por esta Corte Superior de Justiça, por demandar o aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na estreita via do habeas corpus.

[...]

7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para afastar a majorante prevista no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, redimensionando para 5 anos e 4 meses de reclusão a reprimenda fixada para o crime de roubo, mantidos os demais termos do acórdão impugnado." (HC 459.400/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 08/10/2018)

Consigno, ademais, que a i. Defensoria Pública do Estado de São Paulo já está ciente da irresignação do paciente e poderá requerer o que entender de direito em seu favor.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator

